

Desindexação só com freio no consumo

■ Economistas elogiam plano, mas pedem mais controle de demanda e ajuste fiscal

CRISTINA ALVES E RAQUEL ALMEIDA

Não é viável desindexar a economia sem controlar a demanda e fazer o ajuste das contas públicas. Se isso ocorrer, a expectativa é que a inflação retorne aos poucos. A conclusão é dos economistas Rogério Werneck, José Márcio Camargo e Dionísio Carneiro, da PUC do Rio; Carlos Ivan Simonsen Leal, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Paulo Nogueira Batista Junior, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que participaram do Balanço Mensal, promovido pelo JORNAL DO BRASIL.

Ao fazer uma avaliação de um ano do Plano Real, Rogério Werneck lembra que os resultados são favoráveis, mas o economista reclama de uma "perda de foco na questão da estabilização". Um exemplo disso é a reconstrução do "aparato protecionista" para atender às reivindicações da indústria automobilística. José Márcio Camargo também elogia os efeitos positivos do programa econômico, mas acredita que o plano, neste momento, se encontra diante de algumas encruzilhadas. A primeira delas é o governo não saber se controla a taxa de câmbio ou o nível de atividade econômica. A segunda encruzilhada é desindexar ou não.

Dilemas — O primeiro dilema ficou evidente quando o governo deixou o real se valorizar frente ao dólar no começo do plano, abriu a economia ao mercado externo, desvalorizou o câmbio e depois fechou de novo as portas à concorrência externa. O último capítulo foi o episódio de restrições aos carros importados que pegou em cheio o acordo feito no Mercosul. Na desindexação, um dos principais obstáculos está na questão dos salários, já que dificilmente o Congresso aceitará aprovar uma lei que não proteja os salários mais baixos contra a corrosão da inflação. Aí, se abrir uma exceção para os salários menores, a tendência é puxar toda a cadeia salarial e estimular a briga pelos reajustes, raciocina José Márcio.

Ajuste — O professor Carlos Ivan Simonsen Leal, da FGV, mais cético, acha que está havendo um certo exagero nas últimas comemorações em torno das vitórias do governo na Câmara, como a aprovação de quebra de monopólios das telecomunicações e do petróleo. Pela sua avaliação, é muito mais fácil para o governo reunir esforços dos parlamentares na votação das reformas, abrindo espaço para a livre iniciativa na economia. Mais difícil vai ser encontrar o consenso para apertar os cintos e gastar menos dinheiro: "Quero ver é o ajuste fiscal", reclama

Simonsen Leal. O professor critica as tentativas de se reeditar o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e de prolongar a vida do Fundo Social de Emergência. Na sua opinião, um "esparadrapo" fiscal.

"O problema é chegar alguém e dizer: vamos deixar de ser ambiciosos. Vamos tolerar. Trinta por cento ao ano de inflação está ótimo", afirma Dionísio Dias Carneiro, da PUC do Rio, insistindo que o "fracasso mais retumbante está ocorrendo no âmbito da política fiscal". Dionísio explica que fica muito mais difícil comprar a briga política para trazer a inflação de 30% ao ano para 2% a 5% ao ano. Principalmente quando se olha para trás e alguém se dá conta que saiu de uma taxa de 4.000% ao ano para os atuais 30%. E praticamente sem custos. "Vão pensar no crescimento...", emenda Rogério Werneck. "Simplesmente vão achar que essa inflação que está aí já é de bom tamanho", resume Dionísio.

Paulo Nogueira Batista Junior insiste que o governo está abusando da valorização do real para assegurar o futuro do plano. Ele garante que o Brasil ainda se encontra numa armadilha com o câmbio valorizado (real valendo mais do que o dólar). Rogério Werneck discorda. Acha que a âncora do plano não é mais o câmbio, mas a abertura da economia que permitiu a entrada de produtos que abasteceram o mercado e permitiram segurar a inflação a níveis muito baixos. E é justamente esse benefício que está ameaçado com a onda protecionista do governo atendendo aos interesses de alguns setores da indústria.

Desvalorização — O anúncio de mudança na banda cambial na noite da última quinta-feira abre caminho para redução das taxas de juros, afirma Dionísio Carneiro. José Márcio Camargo concorda com essa avaliação, mas ele reforça que a medida aumenta o grau de liberdade para atuação do Banco Central junto ao mercado financeiro.

"Não basta ter liberdade na área do petróleo. Eu quero ver é o ajuste fiscal"

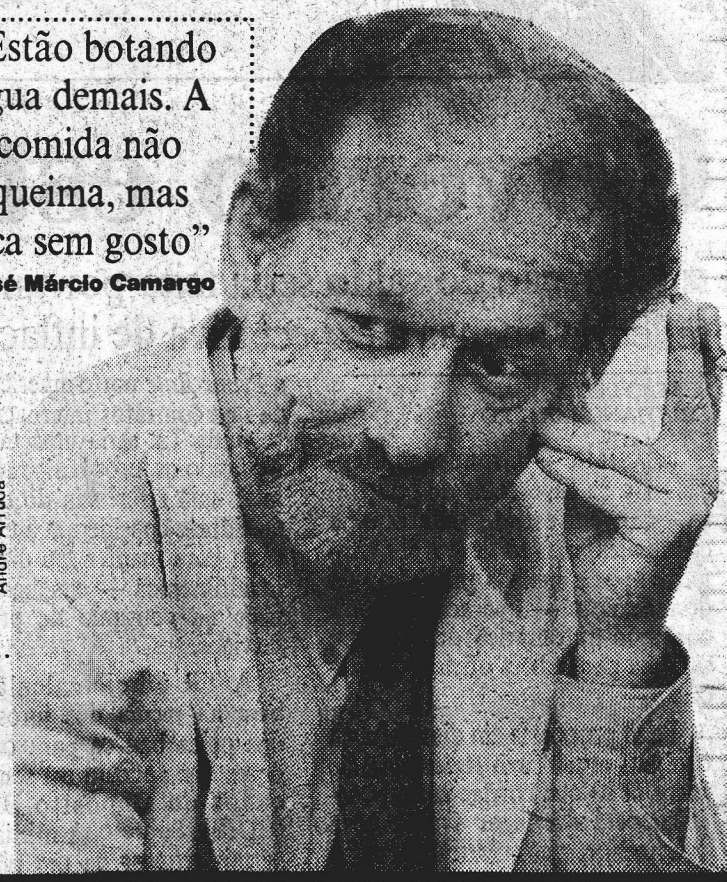
Carlos Ivan



Michel Filho

"Estão botando água demais. A comida não queima, mas fica sem gosto"

José Márcio Camargo



André Arruda